

PARECER JURÍDICO

À SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

| | |
|--------------|---|
| PARECER: | 817/2021/MTFC/PGM |
| PROCESSO: | 49.849/2021 |
| ABERTURA: | 23/11/2021 |
| INTERESSADO: | SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES |
| ASSUNTO: | IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PE 052/2021 |
| IMPUGNANTE: | MRX TECNOLOGIA LTDA. |

Trata-se de solicitação, encaminhada a esta Procuradoria, na data de 23/11/2021, em que os itens impugnados foram enfrentados pela Comissão de Licitações, juntamente com a área técnica da PMRG e que essa PGM, passa a analisar.

DA IMPUGNANTE:

A Empresa **MRX TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ 05.754.099/0001-30, com sede na Rua Potiguaras, 168, 1º andar, Centro, Tupã/SP, representada por seu sócio Marcelo Luis Saran Felipin, CPF 096.096.988-83, apresentou pedido de **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** de Pregão Eletrônico 052/2021.

DO EDITAL IMPUGNADO:

O Edital do Pregão Eletrônico 052/2021, tem como objeto: a contratação de empresa especializada (as) em softwares de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão pública integradas, no modo de licenças de uso, sem limite de usuário, nas áreas de Saúde e Administração Geral, discriminados no Termo de Referência; tendo como data de abertura, o dia 23/11/2021, às 14h.

O Edital em epígrafe, encontra-se suspenso, conforme aviso publicado, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, nº230, de 22/11/2021, p. 293.

DA TEMPESTIVIDADE:

Com sessão marcada para as 14hs do dia 23/11/2021, tem-se por tempestiva a presente peça impugnativa.

DO PARECER JURÍDICO FUNDAMENTADO:

A Impugnante exige que seja realizada a presente análise pelo corpo jurídico da administração. A respectiva postulação ao tempo que desmerece, também, desconhece as funções e atividades inerentes a comissão licitatória.

Cumprido esclarecer ainda de que, independente do objeto a ser contratado, a comissão licitatória, possui poderes e capacidade para proceder análise e emitir decisão a respeito do que está sendo contratado, na presente fase do certame.

O Decreto Federal 10.024/2019, que regulamenta o Pregão Eletrônico, deixa claro as atribuições do Pregoeiro quanto a decisão de impugnações interpostas:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

Improcedente o pleito, tendo em vista a fase do certame e os poderes atinentes à Comissão/Pregoeiro.

DAS ALEGAÇÕES INERENTES A SUPOSTA RESTRIÇÃO À COMPETIVIDADE:

Sob o aspecto das ilegalidades pontuadas na peça impugnativa, cumpre salientar de forma preliminar de que, a própria Impugnante dispõe no item como “eventual direcionamento”. Ou seja, ela mesma tem dúvidas, posto que, sequer consegue afirmar e, por conseguinte fundamentar a efetiva configuração de ilegalidades no ato convocatório.

De forma imprecisa e infundada alega direcionamento, baseando seus parcos argumentos em alegações de que uma “série” de empresas teriam condições de executar os serviços almejados por essa administração.

Isso é ótimo. Pois é o que essa Administração almeja, ou seja, busca-se a amplitude da disputa do certame, todavia, tal busca não implica em abrir mão da busca no avanço tecnológico, como por exemplo, fornecedores que disponham de sistema baseado em ambiente integralmente em web. Tal definição, por sua vez, não resulta em direcionamento a nenhuma empresa específica.

DAS ALEGAÇÕES AO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

A insurgência quanto a apresentação de atestado de capacidade técnica, comprovando atendimento às áreas indicadas para os lotes objeto da contratação, não merece agasalho pois se trata da exigência do art. 27, II da Lei 8.666/93 e a apresentação dos documentos não restringe a participação de quaisquer empresas, mas protege a Administração Pública de que a empresa tem

experiência e perícia e que toda empresa com interesse em participar de certames objetivando prestação dos serviços de gestão deve possuir.

São características mínimas e que não importam em direcionamento para essa ou aquela empresa, certo é que essa Administração não abre mão da exigência para que os interessados apresentem sistema baseado integralmente em nuvem.

Não é possível, um Município ficar refém da procrastinação promovida por empresas que não dispõem ainda de tecnologia 100% WEB e que acabam por tentar criar narrativas de direcionamento.

E, mais a escolha pela tecnologia 100% WEB, decorre da discricionariedade dessa Administração, pois se algo de bom pode ser retirado destes tempos de pandemia é, justamente, a necessidade de que tudo esteja na “nuvem” e, possa ser acessado a qualquer momento e de qualquer lugar.

A Impugnante cita certames nos quais segundo ela, houve a participação de apenas uma empresa e é de repetir: o que ocorreu em licitações lançados por outras administrações não dizem respeito à Prefeitura Municipal do Rio Grande, o interesse é a contratação de um sistema que possa fazer frente as suas necessidades de gestão administrativa.

Portanto, contrário a tal argumento e postulação, as exigências inerentes a comprovação técnica não se afiguram excessivas ou despidas de legalidade. Valendo repisar de que, essa administração está exigindo comprovação prévia de atendimento apenas de módulos/sistemas estruturantes comuns a toda e qualquer sistema de gestão. Nada específico ou exclusivo para essa administração.

DA ALEGADA AGLUTINAÇÃO:

Não há caracterização de impedimento à ampla participação o fato do ato convocatório buscar a contratação simultânea da gestão das áreas administrativa e de saúde; a contratação por intermédio de proposta no valor global, se justifica, para facilitar a gestão contratual dos seus prestadores de serviços, ou seja, a integração dos sistemas permitirá que a gestão das respectivas áreas seja realizada de forma conjunta.

Assim, tal condição além de importar em menor tempo dispendido com a já dita gestão contratual, vem atender ao Decreto Federal 10.540/2020 e ao art. 48º, § 1º, inc. III da Lei Complementar 101/2000 (LRF), quanto a gestão fiscal e orçamentária dos contratos.

Portanto, a integração contratual das respectivas áreas representa ganhos na gestão pública, além do cumprimento do ordenamento legal.

DAS ALEGAÇÕES QUANTO AO SISTEMA DE SAÚDE:

Não há nenhuma restrição à competição a não aceitação de subcontratação de licenças, pois não pode esse Município ficar refém da relação contratual de terceiros, cuja relação possa trazer impactos diretos nos seus serviços de gestão, principalmente na área da saúde.

Uma possível ruptura contratual entre a fornecedora do sistema para a Prefeitura e a fabricante do software, traria implicações imediatas para essa administração.

Ainda com relação ao sistema de saúde a Impugnante pontua contrariedades inerentes ao serviço de data center, alegando não haver possibilidade de acesso pela Administração, posto a responsabilidade sobre os respectivos serviços ser da contratada.

Nada de ilegal ou excessivo na exigência da Administração, posto que os seus dados serão processados e armazenados pela contratada.

Pontua ainda contrariedades quanto as definições inerentes ao SISPRENATAL, HIPERDIA e SIPNI alegando descontinuidade de tais serviços.

Não há nenhuma formalização quanto a descontinuidade apontada. Ademais os respectivos serviços poderão ser efetivados/comprovados via sistema E-SUS.

DA VIOLAÇÃO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:

Apresenta ainda alegações de violação a Lei 13.709/2018 - LGPD com base em possível violação de dados dos usuários, de forma genérica alega riscos em tal sentido, sem no entanto, especificar como poderia ocorrer tal situação.

Sob tal aspecto cumpre dizer que, a futura contratada, inobstante as disposições da LGPD, será responsável pelo tratamento e armazenamento dos dados. Contrário ainda às alegações da Impugnante quanto ao tratamento dos dados, necessário destacar que o item 3.6, do Termo de Referência, pontua claramente a gerência dos serviços de data center.

Ainda se faz necessário salientar que o item 3.6.12 trata de forma específica quanto a obrigatoriedade inerente a segurança dos dados, por intermédio de cópia das informações junto ao ambiente da contratada.

Além disso, as previsões do item 3.8 no título inerente às Obrigações que deverão ser assumidas pela contratada, das quais se destaca a alínea “q” do item 3.8.1:

q) tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas da Contratante, guardando total sigilo perante terceiros, nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

Nesse sentido, resta esvaziada as preocupações da Impugnante com o sigilo.

DAS ALEGAÇÕES DE FALTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Afirma não haver indicativos da dotação orçamentária para o presente certame, talvez porque tenha passado despercebido a Cláusula Décima - Da Cobertura Financeira, presente na Minuta do Instrumento Contratual e, em atenção ao princípio da transparência se colaciona:

CLÁUSULA DÉCIMA - DO COBERTURA FINANCEIRA: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03- Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações

01 – Complexo Técnico de Administração

04 – Administração

122 – Administração Geral

01 – Apoio Administrativo

2001 – Manutenção dos Serviços Administrativos

Desdobramento 3.3.90.40.00.00.00.00.

DA DECISÃO:

ISTO POSTO, conheço da Impugnação apresentada pela empresa **MRX TECNOLOGIA LTDA.**, para no mérito, **JULGAR INTEGRALMENTE IMPROCEDENTE**, nos termos da legislação pertinente e demais fundamentos supra.

DIANTE DO EXPOSTO, a manifestação para a Comissão de Licitações, é no sentido de que foram devidamente enfrentados os pontos da Impugnação apresentada.

O presente é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa Procuradoria adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos.

É o PARECER, salvo melhor juízo.

Cidade Histórica do Rio Grande/RS, 25 de novembro de 2021.

MARIA TERESA FERNANDES CORRÊA
PROCURADORA ADJUNTA - OAB/RS 63.311

À aprovação do Sr. Procurador Geral do Município, conforme disposto no art. 4º, *caput* do Decreto Municipal 15.621/2018, que aprovou o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Município do Rio Grande.